

<b>Título do capítulo</b>	CONCLUSÃO – UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO: INTERAÇÕES EM TRÂNSITO
<b>Autores(as)</b>	Aristides Monteiro Neto Danilo Jorge Vieira Fernando César de Macedo
<b>DOI</b>	<a href="http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1/conclusao">http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1/conclusao</a>

<b>Título do livro</b>	UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO: ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI
<b>Organizadores(as)</b>	Fernando Cezar de Macedo Aristides Monteiro Neto Danilo Jorge Vieira
<b>Volume</b>	-
<b>Série</b>	-
<b>Cidade</b>	Brasília
<b>Editora</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
<b>Ano</b>	2022
<b>Edição</b>	1ª
<b>ISBN</b>	978-65-5635-030-1
<b>DOI</b>	<a href="http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1">http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1</a>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2022

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## CONCLUSÃO

### UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO: INTERAÇÕES EM TRÂNSITO

Aristides Monteiro Neto<sup>1</sup>  
Danilo Jorge Vieira<sup>2</sup>  
Fernando César de Macedo<sup>3</sup>

*É absolutamente necessário que a educação seja uma implantação de uma cultura geral na sociedade; não um acréscimo, não um ornamento, não um processo informativo. Só conseguiremos transmitir a educação, quando transformamos as nossas instituições culturais em instituições realmente embebidas no solo brasileiro, na terra brasileira, na forma de pensar brasileira, no modo de pensar brasileiro.*

Anísio Teixeira (1968, p. 30)<sup>4</sup>

Este capítulo final busca sintetizar, de forma condensada e abreviada, as principais mensagens deste livro, cujo conteúdo, cabe reiterar, foi originado de um processo em grande medida randômico, visando suscitar a academia brasileira a refletir sobre a dimensão espacial das transformações do ensino superior no país neste século XXI. De fato, ainda que orientada por diretrizes até certo ponto aleatórias, deixando intencionalmente em aberto a agenda temática, de modo a verificar como os pesquisadores percebem as mudanças em curso no seu próprio ambiente intelectual e institucional, a convocação pública para a realização deste projeto teve como objetivo central estimular estudos sobre a incidência da educação pós-secundária no desenvolvimento regional do Brasil.

Embora as instituições de ensino superior (IES) tenham uma longa história construída de apoio e indução ao desenvolvimento de suas regiões, pode-se dizer que esse é um campo de investigação relativamente novo, que vem estimulando a produção de uma quantidade numerosa e crescente de formulações teóricas e empíricas em âmbito internacional, caracterizadas, até o momento, muito mais por enunciar problemas e provocar indagações do que por proporcionar respostas definitivas ou elucidar questões que elas mesmas despertam. O interesse renovado

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea e professor do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento desta instituição. *E-mail*: <aristides.monteiro@ipea.gov.br>.

2. Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dirur/Ipea. *E-mail*: <danilojorgevieira@gmail.com>.

3. Pesquisador do PNPD/Dirur/Ipea. Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). Pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (Cede). *E-mail*: <fcmacedo@unicamp.br>.

4. Teixeira, A. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 50, n. 111, jul.-set. 1968.

nesse tema está estreitamente vinculado às profundas e radicais transformações que a economia global vivencia desde as décadas finais do século passado, com repercussões socioespaciais de grande extensão, impondo mudanças correlatas e igualmente estruturais aos sistemas nacionais de ensino superior. Assim, é possível afirmar que as interações entre universidade e território, objeto deste livro, encontram-se em trânsito, no sentido de que as ligações e os canais operatórios que conectam mutuamente as IES e suas regiões estão em pleno processo de mutação e reconfiguração.

O Brasil, evidentemente, reproduz esse contexto mais geral de mudanças, incertezas e indefinições a partir de suas particularidades históricas e institucionais. Assim como em outros países, o sistema nacional de ensino superior experimenta, neste início de século XXI, importantes transformações que se expressam em várias dimensões, entre as quais se destaca o acelerado crescimento orgânico, combinado com a maior ramificação e alcance de sua estrutura, tanto em termos sociais quanto espaciais.

Basta observar que, ao encerrar os anos 1990, o sistema de educação superior contava com instalações em 650 municípios, onde residia perto de 60% da população do país, sendo que um em cada cem brasileiros estava matriculado em algum curso presencial de graduação. Dois decênios depois, o sistema havia se alterado substancialmente e assumido outra escala e arranjo socioespacial: em 2018, estava presente em 1.121 municípios, abrangendo 73% da população e, mais importante, pelo menos três em cada cem brasileiros agora estavam matriculados em cursos presenciais de ensino superior.

A pós-graduação, responsável pela maior parte das atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) do país, também teve acentuada expansão. No fim dos anos 1990, no Brasil, estavam em funcionamento 1.335 programas acadêmicos de pós-graduação, implantados em apenas sessenta municípios de 22 Unidades Federativas (UFs), sendo titulados menos de 20 mil mestres e doutores. Em 2018, essa estrutura de pesquisa se encontrava territorialmente mais ramificada, com 3.549 programas estabelecidos em 260 municípios, situados em todas as UFs, pelos quais foram titulados quase 75 mil mestres e doutores.

Essa escala ampliada permitiu o impulsionamento da produção científica nacional. Entre 2000 e 2018, a participação do Brasil na produção científica mundial, mensurada a partir da publicação de artigos em periódicos indexados, passou de 1,2% para 2,1%, perfazendo incremento de cerca de 79%, sendo tal desempenho bem melhor do que o de muitas economias industrializadas, entre as quais Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, Canadá, Alemanha, França, Reino Unido e Rússia, para citar apenas alguns dos mais importantes países do contexto global contemporâneo de ciência, tecnologia e inovação (CT&I).<sup>5</sup>

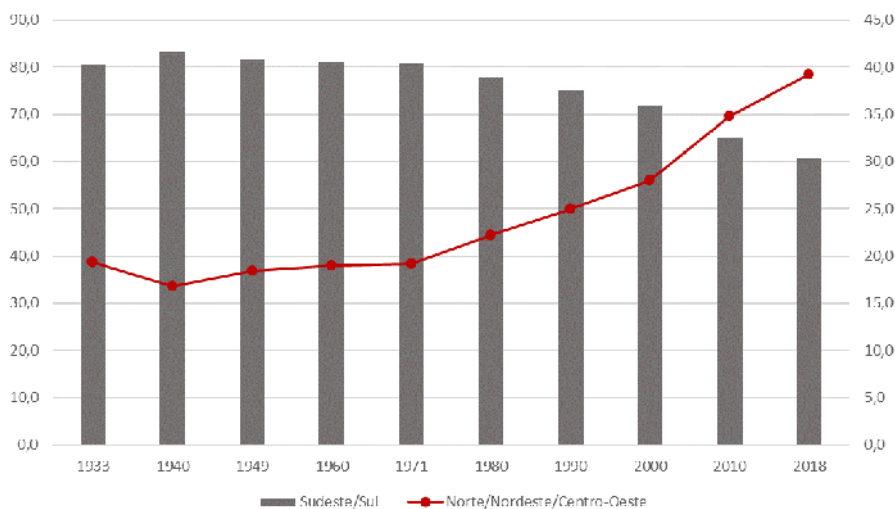
---

5. Dados baseados em informações organizadas pela plataforma Scimago (<<https://bit.ly/3BP8Yb4>>), a partir de amostra composta por 217 países.

A extensão das mudanças pelas quais passa o sistema de ensino superior brasileiro no período recente pode ser melhor apreendida desde uma perspectiva histórica mais longa. As informações expostas nos gráficos 1 e 2 descrevem, em termos sintéticos, a trajetória regional das IES e das matrículas nos cursos presenciais de graduação desde a década de 1930, momento em que a industrialização e a urbanização do país ganharam ímpeto e reconfiguraram o território nacional.

Ao longo dessas quase nove décadas, o sistema de ensino superior também foi espacialmente reordenado. De modo geral, sua estrutura permaneceu acentuadamente concentrada na área geográfica primaz conformada pelo Sudeste-Sul até os anos 1980, quando, então, se estabeleceu um processo de crescimento centrífugo contínuo e combinado da rede de IES e da oferta de matrículas, favorecendo as regiões periféricas de forma mais demarcada. Como consequência de tal movimento, o peso relativo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste no sistema de ensino superior teve aumento considerável, e essas três regiões passaram a responder, em conjunto, por cerca de 40% do total de IES e das matrículas em 2018.

**GRÁFICO 1**  
**Distribuição regional das matrículas nos cursos presenciais de graduação**  
(Em %)



Fontes: Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Anuário Estatístico do Brasil. Disponíveis em: <<https://bit.ly/3JlqT5w>> e <<https://bit.ly/3JTFrQh>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Eixo direito: Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e eixo esquerdo: Sudeste e Sul.

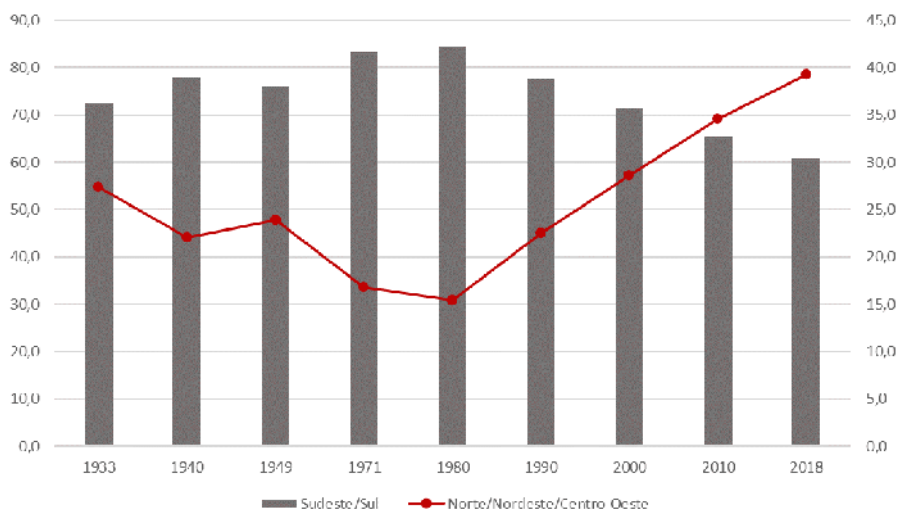
2. Gráfico reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Mas é necessário reconhecer que o processo de desconcentração das atividades de ensino superior neste século XXI foi bastante distinto daquele observado no momento anterior, em razão, principalmente, da dinâmica de crescimento do

próprio sistema. De fato, no bojo da desconcentração dos anos 1980/1990, período no qual tanto a rede de instituições quanto o total de matrículas passaram a crescer simultaneamente mais nas regiões periféricas do que na área geográfica primaz, conformando um movimento estruturalmente centrífugo de criação, organização e ocupação de novos espaços pela educação terciária do país, o sistema progredia em ritmo contido. Nesses dois decênios, foram criadas 293 IES e adicionadas cerca de 1,4 milhão de matrículas; ou seja, eram constituídas, em média, 14 IES e cerca de 66 mil matrículas a cada ano. No século XXI, a desconcentração ocorreu em um contexto marcado pela aceleração dessa expansão. Entre 2000 e 2018, foram implantadas 1.357 novas IES e adicionadas cerca de 3,7 milhões de matrículas, o que significou a criação de 71 instituições e 195 mil matrículas em média por ano.

Esse tipo de desconcentração foi certamente muito mais denso não apenas em termos quantitativos, mas também qualitativos, com importantes implicações para as localidades periféricas, que tiveram modificadas as suas dinâmicas socioespaciais, e para o próprio sistema, cuja configuração institucional foi reorganizada em bases geográficas mais abrangentes. Pode-se dizer que novas, renovadas e diversificadas formas de interação entre as atividades de ensino superior e o território foram potencialmente gestadas.

**GRÁFICO 2**  
**Distribuição regional das IES**  
(Em %)



Fontes: Censo da Educação Superior/Inep e Anuário Estatístico do Brasil. Disponíveis em: <<https://bit.ly/3JJqT5w>> e <<https://bit.ly/3JTFrQh>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

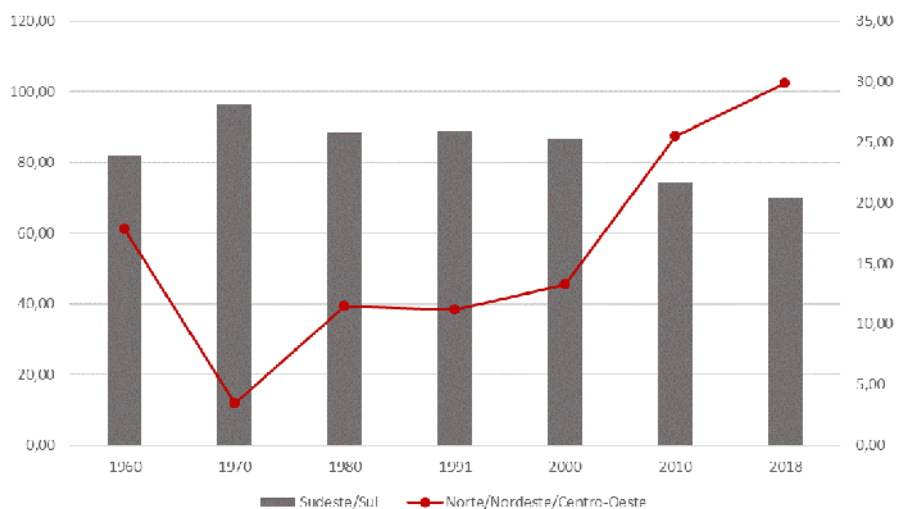
Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Eixo direito: Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e eixo esquerdo: Sudeste e Sul.

2. Gráfico reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Processo análogo ao da graduação foi vivenciado pelas atividades de pós-graduação, que também assumiram nova dinâmica de crescimento e configuração regional neste século XXI. Todavia, cabe ressaltar que essas mudanças no padrão de desenvolvimento do ensino superior brasileiro nos anos recentes foram mais nítidas no caso da pós-graduação. Conforme pode ser verificado pelas informações sistematizadas no gráfico 3, após a moderada redução da participação da área primaz Sudeste-Sul no total de matrículas nos cursos de mestrado e doutorado *stricto sensu* nos anos 1990, as tendências centrífugas, que apenas se prenunciaram naquele momento, ganharam impulso no período subsequente. A posição relativa combinada do Norte, Nordeste e Centro-Oeste no total de matrículas subiu 19 pontos percentuais (p.p.) desde a década de 1990, dos quais 17 p.p. foram alcançados entre 2000 e 2018, elevando a participação conjunta dessas regiões para cerca de 30% ao fim dos anos em referência. É nesse sentido que se pode afirmar que a desconcentração da pós-graduação brasileira, atenuando as acentuadas assimetrias inter-regionais pré-estabelecidas, consiste em um experimento relativamente novo, vinculado às transformações que vêm ocorrendo no sistema de ensino superior neste início de século XXI.

**GRÁFICO 3**  
**Distribuição regional das matrículas nos cursos de pós-graduação**  
(Em %)



Fontes: Sistema de Informações Georreferenciadas (Capes) e do Anuário Estatístico do Brasil. Disponíveis em: <<https://bit.ly/3vea0fu>> e <<https://bit.ly/3JTFrQh>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Para 1960 e 1970, matrículas realizadas no início do ano; para 1980, matrículas em 30 de abril; e, para 1991, 2000, 2010 e 2018, matrículas no fim de cada ano.

2. Eixo direito: Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e eixo esquerdo: Sudeste e Sul.

3. Gráfico reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Em suma, conforme examinado sob diversos ângulos nos capítulos precedentes, o sistema nacional de ensino superior passa por mudanças espaciais substantivas nos últimos anos. Tais transformações, contudo, não resultam da mera continuidade de um movimento centrífugo colocado em curso no período anterior e que teria prosseguido invariável de forma praticamente inercial e automática no momento atual. Trata-se de um processo muito mais amplo e complexo de reconfiguração regional da educação superior do país, condicionado e calçado em diversas políticas públicas federais, implicando maior ramificação espacial de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, que constituem potentes estruturas intensivas em conhecimento, suscetíveis de serem mobilizadas em favor do desenvolvimento dos territórios onde estão implantadas; vale dizer: um processo de transformação que induz novas dinâmicas e lógicas socioespaciais, tanto para as áreas geográficas abrangidas quanto para o próprio sistema, resultando, com isso, na constituição de bases renovadas para a efetivação e/ou a (re)elaboração das interações entre a universidade e os seus territórios.

Apesar disso, as transformações do sistema de ensino superior brasileiro neste século XXI não vêm concretizando-se por meio de processos uniformes, lineares e estruturalmente coerentes. Ao contrário, como reportado pelas pesquisas publicadas neste livro, o reordenamento socioespacial desse sistema, embora possa vir a estabelecer condições novas e promissoras para o enfrentamento das acentuadas e históricas desigualdades regionais do país, tem sido permeado de contradições, irregularidades, incertezas, incompletudes e insuficiências, cabendo ressaltá-las a seguir, ainda que apenas de maneira seletiva, esquemática e resumida.

Um aspecto preocupante para o qual se chamou a atenção diz respeito aos indícios de inflexão do processo de transformação que vinha em curso. No contexto da crise nacional que eclodiu em 2015, caracterizada, entre outros elementos, pela contração dos investimentos, do produto, do emprego e da renda das famílias, bem como pela deterioração das condições fiscais e financeiras do setor público, a expansão orgânica do sistema de ensino superior foi afetada, com a queda das matrículas nos cursos presenciais de graduação a partir de 2016, interrompendo uma fase longa e contínua de crescimento de mais de dois decênios iniciada no começo dos anos 1990. Nesse cenário mais adverso, a dinâmica regional também foi alterada.

A reconfiguração espacial das atividades de ensino superior teve continuidade, mas em bases distintas daquela que vinha prevalecendo até então. Além de perder ímpeto, a expansão do sistema deixou de ocorrer de forma simultânea, combinada e até certo ponto harmoniosa em todas as regiões, passando a seguir uma trajetória “viciosa”, caracterizada por desempenhos inter e intrarregionais não apenas distintos, mas também divergentes e desordenados entre si. Os sinais de esgotamento e

reversão do ciclo de transformações estruturais promissoras do sistema de ensino superior brasileiro, além de impor grandes desafios aos formuladores e aos gestores das políticas públicas, suscitam diversas indagações a respeito das estratégias e ações governamentais implementadas, podendo tal reflexão levar em consideração alguns importantes elementos analíticos que derivam dos estudos publicados neste livro.

Entre outras questões elucidadas, a leitura dos capítulos anteriores permite deduzir o entendimento de que os efeitos dinâmicos gerados pelas IES a favor do ambiente socioeconômico que as circundam têm alcance espacial extenso, não ficando restritos à sua área geográfica adjacente, nem muito menos à sua escala geográfica imediata, mas tendem a transbordar para outros níveis territoriais mais amplos e abrangentes. Ademais, esses encadeamentos podem influenciar não apenas a dimensão regional mais geral, mas têm capacidade também de incidir nas dinâmicas urbanas e no ordenamento das cidades. Contudo, como também foi evidenciado pelos trabalhos ora publicados, a mera presença da IES em dado território não é condição suficiente para desencadear esses efeitos virtuosos sobre a estrutura socioeconômica local, induzindo transformações ascendentes e cumulativas. As interações entre as IES e os seus territórios têm se mostrado muito mais complexas, envolvendo diversos elementos, atores e projetos estratégicos de natureza multiescalar e, portanto, dependentes de diversos fatores supralocais – regional, nacional, global.

Tal complexidade pode implicar o alheamento territorial das IES, no sentido de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão se isolarem da comunidade local, fazendo com que esse âmbito acadêmico passe a operar como um enclave, um artefato estranho implantado na paisagem geográfica da localidade – as metáforas da “Torre de Marfim” ou da “Catedral no Deserto” ilustram bem essa situação. As pesquisas divulgadas neste livro proporcionam fundamentos teóricos e empíricos importantes que ajudam a elucidar parte desta problemática, apontando rumos possíveis para a atenuação/superação deste quadro de alienação espacial das IES. Por um lado, a busca de maior enraizamento socioespacial das IES pressupõe um alinhamento mais articulado e sinérgico entre as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão com a estrutura produtiva do território, conformando uma coerência estruturada entre essas atividades intensivas em conhecimento e os desafios socioeconômicos locais. Por outro, o enraizamento socioespacial das IES envolve o seu corpo discente, por este exercer um papel crucial de elo entre o ambiente acadêmico e o entorno socioeconômico exógeno. A ideia é que o trânsito e as interações rotineiras e profissionais dos alunos da graduação – e aqui poderia ser a mesma lógica estendida aos alunos da pós-graduação – estabeleceriam canais de articulação e de troca entre os âmbitos da academia e da comunidade externa, criando um campo de sociabilidade que possibilitaria às IES e às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão serem mais bem contextualizadas em termos socioespaciais.



Qualquer reflexão e balanço sobre a trajetória recente do sistema nacional de ensino superior que tenha esses aspectos e elementos analíticos antes arrolados em consideração se desdobra na conclusão inextrincável de que é necessário revigorar as ações governamentais, que foram bastante constrangidas nos últimos anos, em consequência da deterioração das condições fiscais e financeiras do setor público, bem como de novas orientações de cunho neoliberal que voltaram a prevalecer na formulação das políticas públicas e no desenho de reformas econômico-institucionais do Estado. Porém, conforme exaustivamente discutido ao longo deste livro e sumarizado nos parágrafos anteriores, a recuperação da trajetória de crescimento e reconfiguração espacial do sistema de ensino superior exige mais, e não menos, políticas públicas; vale dizer: requer a retomada, o fortalecimento e a renovação das políticas governamentais direcionadas a impulsionar as transformações desse sistema que é estratégico para o desenvolvimento nacional e, mais especificamente, para o enfrentamento das desigualdades regionais do país.

Desse modo, o duplo desafio de revigoramento e renovação das políticas públicas de apoio à expansão e de reordenamento socioespacial do ensino superior deveria, portanto, além de se pautar pelo objetivo mais imediato de recuperar e sustentar o crescimento do sistema, ter como propósito fomentar as interações entre as IES e os seus territórios, mediante o uso de instrumentos fiscais, financeiros e institucionais voltados a promover uma maior correspondência entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições com as estruturas econômicas, sociais e culturais das áreas geográficas nas quais estão instaladas, criando condições mais objetivas/efetivas para o mútuo entranhamento do âmbito acadêmico e da comunidade local. As ações governamentais devem ser orientadas igualmente à indução e à ampliação das infraestruturas científicas descentralizadas-localizadas, de modo a estimular e apoiar o fortalecimento dos sistemas subnacionais de inovação, parte integrante do Sistema Nacional de Inovação. Medidas destinadas a dar suporte, acelerar e adensar economias de aglomeração advindas das atividades de ensino superior são igualmente importantes, pois podem favorecer a emergência de novas centralidades urbanas, constituindo, assim, vetores revigorados e promissores de desenvolvimento urbano, local e regional.

Atenção especial deve ser dada ao corpo discente e, nesse campo relacionado aos alunos (tanto da graduação quanto da pós-graduação), é crucial o acionamento de fundos públicos para apoiar a mobilidade estudantil, induzindo fluxos espaciais e sociais mais abrangentes e diversos; o ingresso e a permanência nas fases de graduação e pós-graduação; a inserção dos discentes em projetos acadêmicos (estágios docentes, pesquisa, atividades de extensão etc.); a retenção local dos formandos, por meio de oportunidades no mercado de trabalho, entre outras iniciativas. Da mesma forma, a assistência financeira e institucional a programas de pesquisa e extensão relacionados à realidade socioeconômica e cultural dos territórios nos

quais estão sediadas as IES é de fundamental importância para estimular os vínculos do corpo docente com as localidades em que atuam.

O revigoramento e a renovação das políticas públicas requerem também uma definição mais precisa de suas orientações de cunho regional. Nessa dimensão, foi possível observar que as ações governamentais foram muito mais balizadas pela ampliação do acesso do que direcionadas ao enfrentamento das assimetrias espaciais, de modo que as regiões periféricas vieram a ser melhor aparelhadas de estruturas públicas de ensino superior, assim como ocorreu simultaneamente com a área geográfica primaz, em condições e parâmetros não diferenciados. Ademais, verificou-se que a configuração regional do sistema de ensino superior neste início de século XXI, embora fortemente apoiada por iniciativas e programas estatais (regulação, investimento, financiamento, gasto tributário etc.), esteve em grande medida condicionada pelos projetos estratégicos dos grupos privados, que têm o lucro como diretriz principal e não a redução das desigualdades regionais. Os desequilíbrios federativos também devem ser considerados no redesenho das políticas públicas, tendo em vista que o sistema subnacional de ensino superior é de suma importância e pode vir a desempenhar papel relevante no âmbito de uma estratégia mais ampla de enfrentamento das disparidades regionais.

Em 2018, esse sistema contava com 164 IES, responsáveis por cerca de 645 mil matrículas – significando participações relativas de 6% e 10%, respectivamente, no total nacional. Além de muito desigual em termos regionais (Sudeste e Sul abrigam aproximadamente dois terços das IES e das matrículas), o sistema subnacional tem seu crescimento ditado pelas condições fiscais e pela capacidade de gasto de cada ente subnacional, que são muito diferenciadas. Considerando apenas os estados, as despesas empenhadas no exercício de 2018 na área de ensino superior somaram R\$ 10,2 bilhões, sendo que 46% desses dispêndios foram efetuados isoladamente pelo governo de São Paulo. Esse quadro econômico-institucional bastante assimétrico no plano federativo antagoniza os objetivos da política regional, requerendo o estabelecimento de mecanismos de coordenação, compensação e equalização intergovernamentais no âmbito da educação terciária.

Não restam dúvidas de que os sistemas de ensino superior conformam potentes estruturas intensivas em conhecimento, o que os tornam fatores estratégicos para qualquer projeto de desenvolvimento nacional. Tais projetos incorporam necessariamente objetivos bem mais amplos do que o impulsionamento e a modernização das forças produtivas, visando também à maior igualdade, tanto do ponto de vista social quanto em termos regionais, pré-requisito fundamental para sedimentar sociedades integradas e coesas. No Brasil, o sistema de ensino superior vivencia importantes transformações, que se traduzem na sua maior ramificação social e territorial. Essas mudanças, entretanto, estão inconclusas. Basta verificar que o sistema continua ainda com elevada concentração espacial, tendo sua base

principal localizada em apenas catorze das 133 regiões geográficas intermediárias, e a taxa de escolarização persiste em nível modesto; ou seja: as transformações da educação superior no país, que apenas se delinearão neste século XXI, precisam prosseguir e avançar no sentido apontado há mais de cinquenta anos por Anísio Teixeira, fazendo com que as atividades de ensino, pesquisa e extensão sejam cada vez mais “embebidas” no território e na sociedade brasileira.